

# ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018: UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Beatriz Rocha de Oliveira<sup>1</sup>  
Edvania Gomes da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, apresentamos um recorte de uma pesquisa mais ampla, que teve como objeto de investigação as eleições para presidente da República, realizadas no ano de 2018, no Brasil. Com o objetivo de indicar de que modo essas eleições configuraram-se como um acontecimento discursivo, analisamos publicações feitas no *Twitter* pelos candidatos e trechos de reportagens, que tratam de diferentes aspectos da disputa e foram veiculados na mídia digital. A análise dos dados foi feita com base no arcabouço teórico-analítico da Escola Francesa de Análise de Discurso. Os resultados indicam que as eleições presidenciais de 2018 podem ser caracterizadas como um acontecimento discursivo por dois motivos principais: i) inscrevem-se em uma rede de memória, que se vincula a acontecimentos que antecederam o pleito; e, ao mesmo tempo, ii) instauram um efeito de novidade.

**Palavras-chave:** Discurso. Memória. Mídia. Política.

## 2018 PRESIDENTIAL ELECTIONS: A DISCURSIVE EVENT

**Abstract:** In this article, we present an excerpt from a broader research, which had as its object of investigation the 2018 Brazilian presidential election campaign. In order to indicate how this election is configured as a discursive event, we analyzed publications made on Twitter by the candidates and excerpts from news that covered different aspects of the dispute and were published in digital media. We based our data analysis on the theoretical-analytical framework of the French School of Discourse Analysis. The results indicate that the 2018 presidential election can be characterized as a discursive event for two main reasons: i) it is inscribed in a memory network, which is linked to events that preceded the election; and, at the same time, ii) it establishes a novelty effect.

**Keywords:** Discourse. Memory. Media. Politics.

<sup>1</sup> Doutoranda em Linguística na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: beatrizrocha02@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorado e pós-doutorado em Linguística (UNICAMP) e docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: edvaniagsilva@gmail.com>

## Considerações iniciais

Para elaborar esse artigo, partimos da premissa de que as eleições para Presidente da República, ocorridas no Brasil em 2018, são um acontecimento histórico, o qual, de acordo com Pêcheux, funciona como “um elemento histórico descontínuo e exterior” (1983b, p. 49). Realizadas em um momento de crise política e de representatividade, as primeiras eleições presidenciais após o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), o qual marcou o fim de um ciclo de treze (13) anos consecutivos de governos petistas no poder executivo do Brasil, foram marcadas por mudanças significativas no contexto socioeconômico e político do país.

Como acontecimento histórico, essas eleições podem ser descritas e ter os fatos a elas relacionados narrados de forma linear, mas, se pensadas na ordem do simbólico, numa perspectiva discursiva, é possível analisar as relações de poder que se estabeleceram, os jogos ideológicos, enfim, os sentidos que foram constituídos ao longo do processo eleitoral. Nessa perspectiva, objetivamos indicar, a partir da análise discursiva de materialidades que circularam durante a campanha eleitoral dos presidenciáveis, em que medida as eleições presidenciais de 2018 configuraram-se como acontecimento discursivo.

Consideramos que uma parte significativa da campanha eleitoral de 2018 foi realizada nas redes sociais, por meio das quais os candidatos puderam interagir de uma maneira mais dinâmica com os eleitores, e, também, com os adversários, produzindo, assim, uma vasta materialidade significativa passível de análise. Compreendemos, ainda, conforme Fonseca-Silva (2009), que as atividades políticas se realizam na dimensão pública instituída pela rede de mídias, em diferentes ambientes midiáticos, os quais se constituem como lugares de memória discursiva. Considerando que,

na perspectiva da Análise de Discurso, o simbólico investe os lugares de memória, a autora afirma que “toda e qualquer materialidade simbólica de significação funciona como lugar de memória discursiva” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 19).

Nessa perspectiva, optamos por analisar, além das publicações dos candidatos nas redes sociais, reportagens que tiveram como tema as eleições presidenciais de 2018, para identificarmos o funcionamento de regularidades discursivas mesmo em ambientes midiáticos diferentes, a fim de circunscrever melhor o acontecimento discursivo. A pesquisa que originou este trabalho teve como objetivo investigar como se constituiu a relação entre o discurso político e o discurso religioso na campanha eleitoral 2018, considerando as campanhas dos candidatos José Maria Eymael (DC), Cabo Daciolo (Patriota), Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). Para a discussão proposta, neste artigo, no que diz respeito ao material de campanha dos candidatos, fizemos um recorte e analisamos as materialidades linguísticas que compõem as publicações feitas na rede social *Twitter* pelos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), que disputaram o segundo turno das eleições. Defendemos a hipótese de que, nas formulações linguísticas que compõem o material de campanha desses candidatos e nas reportagens referentes às eleições veiculadas na mídia digital, há um encontro entre atualidade e memória que vincula as eleições presidenciais de 2018 a acontecimentos que a antecederam, ao mesmo tempo que instaura um efeito de ineditismo, indicando que essas eleições se constituem como um acontecimento discursivo.

Nas análises, recorreremos ao arcabouço teórico-analítico da Escola Francesa de Análise de Discurso, especialmente, aos conceitos de discurso, acontecimento discursivo e memória. Nos próximos tópicos: i) descrevemos a campanha eleitoral para presidente do ano de 2018, destacando

os principais fatos ocorridos; ii) discorreremos sobre os conceitos operacionais mobilizados; e iii) apresentamos os resultados das análises.

## O acontecimento histórico

As primeiras eleições presidenciais no Brasil realizadas após o impeachment da última presidenta eleita tiveram o maior número de registros de candidaturas desde as eleições de 1989 e foram marcadas por diversas questões que a diferenciam dos pleitos anteriores.

O primeiro ponto de destaque das referidas eleições foi a indefinição na composição das chapas que concorreriam ao pleito, pois, às vésperas do prazo final para a realização das convenções nacionais, a maioria dos candidatos à presidência ainda não havia definido quem seriam os candidatos à vice-presidência. Até o dia 15 de agosto de 2018, prazo final para o registro oficial das candidaturas, estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram oficializadas treze (13) candidaturas presidenciais. As convenções partidárias escolheram os(as) seguintes candidatos(as) à presidência e à vice-presidência, respectivamente: Álvaro Dias (PODE) e Paulo Rabelo (PSDC); Cabo Daciolo (PATRIOTA) e Suelene Balduino (PATRIOTA); Ciro Gomes (PDT) e Kátia Abreu (PDT); Geraldo Alckmin (PSDB) e Ana Amélia Lemos (PP); Guilherme Boulos (PSOL) e Sônia Guajajara (PSOL); Henrique Meirelles (MDB) e Germano Rigotto (MDB); Jair Bolsonaro (PSL) e Hamilton Mourão (PRTB); João Amoêdo (NOVO) e Christian Lohbauer (NOVO); João Goulart Filho (PPL) e Léo Alves (PPL); José Maria Eymael (DC) e Helvio Costa (DC); Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Haddad (PT); Marina Silva (REDE) e Eduardo Jorge (PV); Vera Lúcia (PSTU) e Hertz Dias (PSTU).

Essa configuração mudou em 31 de agosto de 2018, quando a candidatura de Lula foi

impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com base na Lei da Ficha Limpa, tendo em vista que o candidato havia sido condenado em segunda instância no âmbito da Operação Lava Jato. O PT, então, no último dia do prazo estipulado pelo TSE (11 de setembro) indicou Fernando Haddad (PT) para concorrer ao cargo, tendo como vice a deputada Manuela D'Ávila (PCdoB).

A campanha eleitoral oficial, que ocorreu no período de 16 de agosto a 27 de outubro de 2018, seguiu as novas regras eleitorais estipuladas na reforma política aprovada em outubro de 2017. Dentre essas regras, citamos o estabelecimento de um teto de gastos, a redução do tempo de campanha e a criação de um fundo eleitoral. Além disso, a Justiça Eleitoral regulamentou a campanha nas redes sociais, permitindo aos candidatos o recebimento de doações por meio de “vaquinhas virtuais” e o pagamento para impulsionar conteúdos nas redes sociais. Foram, então, as primeiras eleições presidenciais financiadas exclusivamente com recursos públicos e com doações de pessoa física<sup>3</sup>.

Diante dessas mudanças no cenário eleitoral, os candidatos utilizaram a internet e, principalmente, as redes sociais e o Whatsapp como principais ferramentas de campanha. O uso das tecnologias eleitorais já vinha sendo adotado em eleições anteriores, conforme afirmam Braga e Carlomagno (2018), que fizeram uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais pelas tecnologias digitais. Para os autores, as últimas campanhas eleitorais, no Brasil, se caracterizaram pelo uso e pela incorporação maciça da internet e das redes sociais, sendo que as eleições de 2014 e de 2016 consolidaram essa tendência, quando todos os candidatos aos cargos majoritários utilizaram algum tipo de mídia digital. Segundo o estudo realizado por esses autores, as redes sociais Twitter

<sup>3</sup> Informação obtida em <https://cutt.ly/Wf31G4g>. Acesso em 03/03/2020.

e Facebook podem ser consideradas um divisor de águas nos padrões de interação entre políticos e cidadãos, tendo em vista que tais ferramentas universalizaram o uso do meio digital como recurso de campanha (BRAGA & CARLOMAGNO, 2018, p. 40).

Segundo dados de pesquisa domiciliar realizada pelo IBGE (PNAD Contínua TIC 2017), o percentual de domicílios que usavam a internet subiu de 69,3% para 74,9%, de 2016 para 2017, assim como o percentual de pessoas que acessaram à Internet através do celular aumentou de 94,6% para 97,0% neste mesmo intervalo de tempo<sup>4</sup>. Nesse contexto de ampliação do uso da internet no Brasil, segundo Silva e Kerbauy (2019), “o uso das redes sociais passou a ter importância nas estratégias de campanhas, especialmente dos candidatos com pouco tempo no horário eleitoral” (SILVA e KERBAUY, 2019, p. 128). Para as autoras, as eleições de 2018 foram as mais digitais da história política brasileira. Elas defendem que redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram são uma espécie de extensão da campanha realizada “corpo a corpo” na conquista de eleitores, tendo em vista que, diferentemente dos meios de comunicação em massa, trabalham com círculos, na medida em que estabelecem uma interconexão entre perfis (SILVA e KERBAUY, 2019, p.129).

Além das redes sociais, o aplicativo de troca de mensagens WhatsApp teve papel de destaque nas eleições de 2018, sendo considerado um dos principais meios de divulgação de material de campanha, assim como de notícias falsas. Segundo Petrola (2019), “se, por um lado, as redes sociais e aplicativos de mensagens favorecem o surgimento de jornalismo alternativo à grande mídia, também favorecem a difusão de boatos, desinformação e conteúdos extremistas” (PETROLA, 2019, p.114). Para o autor, as chamadas fake news são criadas,

frequentemente, visando ao lucro por meio da geração de cliques para os conteúdos disseminados, assim como podem ter motivação ideológica, visando à influência na opinião do eleitor em relação a determinado candidato. Ainda segundo Petrola (2019), a disseminação de fake news ocorre “como forma de demonstrar adesão ou repúdio a certas plataformas ideológicas, que se transformam em signos identitários” (PETROLA, 2019, p.120). O autor defende que, nas eleições de 2018, essas fake news estiveram associadas à polarização ideológica entre PT e PSL e giraram em torno de questões relacionadas à moral, valores religiosos, denúncias de fraudes, corrupção, ideologia de gênero, dentre outras questões.

Esse fenômeno das fake news resultou em um escândalo de corrupção, durante a campanha eleitoral, envolvendo o candidato Jair Bolsonaro (PSL), que foi acusado de receber doações de empresas que teriam comprado pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp<sup>5</sup>. O caso levou à criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News, que teve como objetivo investigar a criação de perfis falsos e ataques cibernéticos nas redes sociais, com possível interferência no processo eleitoral. Essa comissão está em funcionamento, tinha previsão de conclusão dos trabalhos até o final de outubro de 2020, porém a contagem de prazo foi suspensa em março de 2020 devido à pandemia do novo coronavírus<sup>6</sup>.

Ao final da campanha eleitoral, referente ao primeiro turno das eleições, o Instituto Datafolha realizou pesquisa segundo a qual 68% dos eleitores disseram ter alguma conta em rede social e 66% disseram utilizar o aplicativo WhatsApp. Considerando os candidatos mais bem colocados, a

4 Informação obtida em: <<https://bit.ly/2RIBAT1>>. Acesso em: 02/03/2020.

5 Informação obtida em: <https://cutt.ly/9f31JKB>. Acesso em 02/03/2020.

6 Informação obtida em: <https://cutt.ly/Cgsafg4>. Acesso em: 13/10/2020.

pesquisa identificou que, dos eleitores do candidato Jair Bolsonaro, 81% eram usuários de alguma rede social, contra 59% dos eleitores do candidato Fernando Haddad e 72% dos eleitores do candidato Ciro Gomes. A pesquisa também indicou que estão entre os eleitores de Jair Bolsonaro os maiores índices daqueles que se informam e compartilham notícias sobre política pelo WhatsApp (57%) e pelo Facebook (61%)<sup>7</sup>.

As redes sociais foram as ferramentas de campanha mais utilizadas pelo candidato Jair Bolsonaro (PSL). Este, além de ter apenas oito segundos em cada bloco do horário eleitoral gratuito, foi impedido de fazer campanha nas ruas devido ao seu estado de saúde, após ter sofrido um atentado durante um ato de campanha, no dia 06 de setembro de 2018. Alegando o mesmo motivo (o atentado que sofreu), o candidato, que liderou as pesquisas de intenção de votos após a impugnação da candidatura de Lula, não participou dos debates televisivos. Nesse contexto, passou a se comunicar com seus eleitores apenas pelas redes sociais.

Essa campanha foi marcada, também, por uma série de protestos contrários e favoráveis ao candidato do PSL. Uma das manifestações que ganhou mais destaque e ocorreu em diversas regiões do Brasil e do mundo, no dia 29 de setembro de 2018, foi organizada por mulheres por meio das redes sociais. O movimento, que ficou conhecido como #EleNão, surgiu a partir de um grupo do Facebook denominado de “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” e teve como objetivo protestar contra a candidatura à presidência da República do referido sujeito político. Esse movimento obteve visibilidade nas redes sociais por meio da formulação #EleNão, que circulou nas mídias sociais e nas ruas, produzindo sentidos.

Fonseca-Silva e Bittencourt (2019), a partir da análise discursiva de formulações linguísticas

<sup>7</sup> Informação obtida em: <https://glo.bo/3e1iQlv>. Acesso em: 02/03/2020.

e pictóricas que circularam nessa manifestação, identificaram dizeres que associam a imagem do sujeito político Bolsonaro a “uma posição-sujeito que marca o funcionamento discursivo de extrema-direita, caracterizado pela memória dos regimes autoritários e pelos efeitos-sentido de racismo, de machismo, de homofobia e de xenofobia” (FONSECA-SILVA; BITTENCOURT, 2019, p. 193). Além disso, as autoras apontam para um processo de desestruturação/reestruturação da formulação #EleNão, que se inscreve em outras posições-sujeito, produzindo sentidos de adesão e de rejeição ao candidato do PSL e a outros políticos na campanha eleitoral de 2018. Apesar de ter sido considerado o maior protesto já realizado por mulheres no Brasil e a maior manifestação contra um candidato durante uma campanha eleitoral, pesquisa realizada pelo DataFolha, após a data do protesto, apontou que o candidato Bolsonaro subiu de 28% para 32%, enquanto seu principal oponente, Fernando Haddad (PT), caiu de 22% para 21%. Essa pesquisa também indicava que, pela primeira vez, desde 1989, o PSDB não chegaria à disputa do segundo turno<sup>8</sup>, o que, de fato, aconteceu.

As eleições presidenciais de 2018 foram decididas em segundo turno entre os candidatos Fernando Haddad (PT), que obteve 44,87% dos votos válidos, e Jair Bolsonaro (PSL), que venceu com 55,13% dos votos válidos<sup>9</sup>. Durante o período de campanha eleitoral dos presidencialistas, circularam nos meios de comunicação e, principalmente, nas mídias sociais, diversas materialidades significantes referentes às candidaturas. Considerando que, conforme defende Pêcheux (1983b), as materialidades verbais e não verbais não são transparentes, mas opacas, por serem atravessadas por discursos, propomos analisar os materiais de campanha dos candidatos

<sup>8</sup> Informação obtida em: <https://bit.ly/2VdWrbZ>. Acesso em: 03/03/2020.

<sup>9</sup> Informação obtida em: <https://cutt.ly/df31ZIA>. Acesso em: 03/03/2020.

citados e reportagens que tiveram como tema as eleições presidenciais a fim de investigar em que medida as eleições presidenciais de 2018, para além de um acontecimento histórico, configuraram-se como acontecimento discursivo. A seguir, apresentamos os conceitos teóricos que nortearam as análises.

## Apontamentos sobre discurso, acontecimento discursivo e memória

No livro *O discurso: estrutura ou acontecimento?*, Michel Pêcheux (2008 [1983a]) apresenta a noção de discurso como estrutura e acontecimento a partir da análise do enunciado *on a gagné* [“Ganhamos”], tal como este atravessou a França no dia 10 de maio de 1981 por ocasião da vitória de Francois Mitterand nas eleições presidenciais. Tal enunciado, segundo Pêcheux, é um acontecimento, pois funciona como o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória. Esse enunciado, ainda segundo o autor, constitui uma retomada direta, no campo político, do grito coletivo de torcedores que festejam a vitória de suas equipes em estádios de futebol. Pêcheux defende que tal enunciado, no mundo esportivo, apresenta uma aparente univocidade lógica, ao passo que, no campo político, é profundamente opaco, pois:

/.../ sua materialidade léxico sintática [...] imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas [...], em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável (PÊCHEUX, 2008 [1983a], p. 23).

Desse modo, segundo o autor, a interpretação político-esportiva do enunciado *on a gagné* [“Ganhamos”] não funciona como proposição estabilizada que designa um acontecimento como um ponto em um espaço de disjunções lógicas. É preciso, segundo ele, considerar o equívoco da formulação. A partir do exemplo apresentado, o autor

levanta a questão do estatuto das discursividades que “trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (PÊCHEUX, 2008 [1983a], p. 28), que abrem espaço para a interpretação. Trata-se, portanto, de considerar, ao mesmo tempo, o que é da ordem da estrutura e do acontecimento, que corresponde ao novo, à ruptura, ao irremediavelmente equívoco.

Ao tratar do discurso como estrutura e como acontecimento, Pêcheux (2008 [1983a]) apresenta uma nova maneira de se trabalhar com as materialidades discursivas, distanciando-se das ciências régias. Contudo, ainda segundo o autor, para que essa nova forma de fazer análise funcione, é necessário cumprir algumas exigências que se impõem. A primeira delas é dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas, pois, na perspectiva de Pêcheux (2008 [1983a]), essa descrição supõe o reconhecimento de um real específico sobre o qual a descrição se instala, o real da língua. A segunda exigência diz respeito, justamente, à descrição do enunciado, tendo em vista a defesa de que toda descrição está exposta ao equívoco da língua. Assim, para Pêcheux (2008 [1983a]):

/.../ todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva passíveis, oferecendo lugar à interpretação (PÊCHEUX, 2008 [1983a], p. 53).

A terceira exigência está relacionada à questão da discursividade como estrutura ou como acontecimento. Para Pêcheux, o discurso não é independente das redes de memória e dos trajetos

sociais nos quais ele irrompe, mas, pelo contrário, “só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos” (PÊCHEUX, 1983a, p. 54). Assim, o autor supõe uma posição de trabalho em que se possa detectar os momentos de interpretação enquanto atos que surgem como tomadas de posição por meio das descrições regulares de montagens discursivas (PÊCHEUX, 1983a, p. 54).

Em *Papel da Memória* (1999 [1983b]), Pêcheux argumenta que há uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória, visto que há acontecimentos que não chegam a se inscrever e outros que são absorvidos na memória, como se não tivessem ocorrido. Para o autor, sob o peso do acontecimento discursivo novo, haveria um jogo de forças na memória, tendo em vista que ela pode absorver o acontecimento, mantendo a regularização, mas este também pode provocar desregulação e deslocamento dos implícitos associados à regularização anterior.

Essa memória, na perspectiva de Pêcheux (1999 [1983b]), pode ser compreendida a partir da noção de regularização, considerando que a repetição provoca uma regularização de sentidos, mas, ao mesmo tempo, pode levar a deslizamentos, ressignificações e, conseqüentemente, a uma quebra na regularização de sentidos. Segundo Pêcheux (1999[1983b]), por isso mesmo, a memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo teria um sentido homogêneo, visto que ela é “necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999 [1983b], p. 56).

Pelo exposto, pode-se dizer que falar de acontecimento discursivo implica falar em tensão entre repetibilidade (memória) e ruptura (novo),

que faz produzir novos sentidos do mesmo enunciado. Desse modo, como afirma Indursky (2003), “um acontecimento discursivo rompe com a inscrição na ordem da repetibilidade, mas não tem como apagar a memória, a ressonância do sentido-outro” (INDURSKY, 2003, p. 107). Segundo a autora, nessa ruptura daquilo que é repetível, uma nova ordem se instaura, reorganizando a memória e organizando uma nova estrutura vertical que não deixa de manter relações com a estrutura com a qual rompeu. Ainda segundo Indursky (2003), a estrutura, ao mobilizar a memória discursiva, trabalha com o repetível inscrito em um tempo de longa duração, ao passo que “o *acontecimento discursivo* trabalha com a ruptura do mesmo, com a instauração do novo, inscrevendo-se em uma outra espécie de tempo, de curta duração” (INDURSKY, 2003, p. 108, grifo do autor).

Considerando esses pressupostos teóricos, analisamos, a seguir, os dados, mostrando de que forma se dá a relação discursiva entre memória e atualidade nas formulações, que são opacas, constituídas pela falha, pelo equívoco.

### **O acontecimento discursivo: análise de reportagens e de publicações dos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e no Twitter Fernando Haddad (PT)**

Inicialmente, identificamos se/como a mídia inscreve as eleições presidenciais como um acontecimento discursivo, a partir da análise de oito excertos de reportagens que têm como tema a campanha eleitoral de 2018, veiculadas em sites de notícias. A escolha pelas mídias eletrônicas se deu pela facilidade de acesso aos dados e pela velocidade na disseminação das informações, as quais atingem um maior número de pessoas em menos tempo. Em seguida, apresentamos os resultados das análises das publicações feitas no *Twitter* pelos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). Passemos às primeiras análises:

**Excerto 1:** O primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras sinaliza a dissolução das atuais lealdades partidárias-eleitorais e mostra uma “troca de guarda” na representação da direita brasileira. É a disputa do segundo turno entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) ainda está em aberto (*BBC News*, 07/10/2018).

O excerto trata do resultado do primeiro turno das eleições 2018. Na primeira oração, o substantivo “dissolução”, utilizado como complemento da forma verbal “sinaliza”, indica a existência de uma fidelidade por parte dos eleitores a determinados partidos políticos no Brasil, fidelidade esta que estaria sendo quebrada, segundo o resultado do primeiro turno das eleições. Do mesmo modo, o núcleo do objeto direto do verbo “mostrar”, representado pela expressão “troca de guarda” aponta para a existência de uma hegemonia de determinada ideologia de direita nas eleições presidenciais brasileiras. Segundo Bresser-Pereira (2007), a direita se configura como um conjunto de forças políticas que “luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 26). Para o autor, a direita defende um papel de Estado mínimo, restrito à manutenção da ordem pública, dando preponderância ao mercado na organização da vida social, ao passo que a esquerda atribui ao Estado a responsabilidade pela redução da injustiça social.

Na perspectiva de Bresser-Pereira (2006), não existem grupos políticos de centro nas sociedades modernas e, aqueles que assim se autodenominam são, na verdade, de direita. Segundo o autor, a dicotomia entre direita e esquerda deve ser transformada numa “escala ideológica que vai da extrema direita para a extrema-esquerda, passando por direita, centro-direita, centro-esquerda e esquerda” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 31). Assim, ainda de acordo com Bresser-Pereira, como

o centro é inexistente nessa escala ideológica, ou um grupo político é de esquerda ou é de direita. Nesse sentido, podemos dizer, então, que, no Brasil, essa dicotomia foi constituída nas eleições presidenciais de 1994 a 2014 pelos partidos PSDB (classificado ora como centro; ora como centro-direita) e pelo PT, partido tido como de esquerda ou como de centro-esquerda.

Considerando que, de 1994 a 2014, a direita foi representada nos polos de disputa pelo PSDB, podemos afirmar que a materialidade linguística apresentada acima retoma a memória discursiva das eleições anteriores às eleições de 2018, ao mesmo tempo que instaura o efeito de novidade, isto é, os termos “dissolução” e “troca de guarda”, numa relação parafrástica, indicam, também, o surgimento de uma nova direita como preferência dos eleitores, representada no pleito eleitoral em questão pelo candidato do PSL. Essa relação parafrástica nos permite apreender a filiação de sentidos que constitui o discurso, uma vez que, segundo Pêcheux e Fuchs (2014[1975]), “a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz do sentido’” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014 [1975], p.167). Para Orlandi (2012[1990]), a paráfrase representa o retorno a espaços do dizer, a produção de diferentes formulações para dizeres sedimentados, pois, conforme a autora, “em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2012 [1990], p. 36).

Segundo Miguel (2018), durante os anos em que o PT governou o Brasil, o PSDB liderou a direita, que, por sua vez, encontrou espaço para a radicalização. Conforme o autor, existe a confluência de diversos grupos na composição dessa nova direita, sendo que os setores mais extremados incluem três principais vertentes: a) o libertarianismo, que prega o Estado mínimo

e defende que qualquer situação surgida de mecanismos de mercado é justa por definição, mesmo que seja desigual; b) o fundamentalismo religioso, que se define pela percepção da existência de uma verdade anuladora de qualquer possibilidade de debate, fazendo oposição a questões como aborto, políticas de combate à homofobia dentre outros temas conservadores; c) uma reciclagem do antigo anticomunismo, que apresenta uma nova roupagem do anticomunismo na América Latina no Brasil, visto que “a ameaça passou a ser o ‘bolivarianismo’ venezuelano” (MIGUEL, 2018. p. 19) e o PT, que, ao ser considerado uma encarnação do comunismo no Brasil, gerou uma sobreposição entre anticomunismo e antipetismo. Para Miguel (2018), tais vertentes não são estanques, tendo em vista que tendem a reunir forças para combater a defesa de pautas progressistas de esquerda. Na perspectiva de Casimiro (2018), a direita foi, paulatinamente, substituindo uma postura mais técnica e contida por uma postura mais agressiva, com forte apelo à pauta moralista.

No caso do excerto 1, então, o uso dos termos “dissolução” e “troca de guarda” produz, também, o efeito-sentido de mudança ideológica, visto que, diferentemente do PSDB, o PSL, representante dessa nova direita nas eleições de 2018, para além do liberalismo econômico, defende o conservadorismo nos costumes. Desse modo, podemos dizer que, como afirmam Possenti e Motta (2011), mesmo que haja uma defesa, principalmente em época de eleição, de que não existem mais conflitos ideológicos entre os diferentes candidatos e partidos, “contrariamente ao discurso do fim das ideologias (ou da história), as diferenças ideológicas estão vivas” (POSSENTI; MOTTA, 2011, p. 209). Vejamos, agora, o próximo excerto.

Excerto 2: Confirmado como o nome do PT para disputar a Presidência da República a menos de um mês do primeiro turno, Fernando Haddad encampou uma ousada estratégia eleitoral no momento mais delicado

da história do partido. A partir de agora, no segundo turno, sua tarefa não será menos complexa: contra a enorme onda antipetista que cresce desde 2014, tentará ser eleito explorando exatamente a rejeição de seu adversário, Jair Bolsonaro (PSL), tão alta quanto a sua, além de lançar um apelo pela formação de uma frente democrática para, como diz, barrar o que considera a “barbárie” (BBC News, 07/10/10).

No primeiro período, a memória indica que o PT passa por um momento político difícil. A expressão “momento mais delicado da história do partido” diz respeito à atualidade da campanha eleitoral de 2018, na qual o partido enfrentou a impugnação da candidatura de Lula e, por consequência, o início tardio, marcado linguisticamente pela expressão “a menos de um mês do primeiro turno”, da campanha do seu substituto, Fernando Haddad. Mas, ao mesmo tempo, remete a outros momentos delicados da história do partido que antecederam as eleições de 2018, como, por exemplo, escândalos de corrupção, manifestações populares, *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, prisão e condenação do ex-presidente Lula, dentre outras questões.

No segundo período, a expressão “contra a enorme onda antipetista que cresce desde 2014” materializa um pré-construído segundo o qual há um movimento antipetista em crescimento no Brasil desde 2014. Esse movimento foi apontado na pesquisa de Brito (2016), segundo a qual, nas eleições de 2014, o Brasil ressurgiu dividido politicamente entre petismo e antipetismo, assim como estiveram em funcionamento as posições-sujeito do “eleitor petista” e a do “eleitor antipetista”. No excerto em análise, a expressão “rejeição de seu adversário”, referindo-se a Jair Bolsonaro, comparada à rejeição de Fernando Haddad, por meio da expressão comparativa “tanto quanto a sua”, retoma essa memória da polarização.

As formulações citadas indicam, portanto, que as eleições de 2018 inscrevem-se em uma

rede de memória, mas também instauram o novo (a rejeição ou a simpatia pelo candidato Jair Bolsonaro), que é algo que não se mostrou em outros momentos. A partir da atualização de uma memória, cria-se, também, o efeito-sentido de uma nova polarização, isto é, não se trata mais da polarização entre PT/PSDB, mas de um embate ideológico entre progressistas e reacionários, representado, no excerto 2, pela relação dicotômica estabelecida entre os termos “frente democrática” e “barbárie”. Passemos à apresentação do próximo excerto:

**Excerto 3:** Mais ainda, sobre estas eleições se abatem já as nuvens negras de um novo *impeachment* caso Lula seja impedido de participar, já que foi cunhado o slogan “eleição sem Lula é fraude”, porque impediria 30% da população, a parcela que declara voto nele, de escolher o seu candidato. Na outra margem, ecoa também slogan inverso: “Eleição com Lula é fraude”, já que a lei da Ficha Limpa o impede de concorrer (*El País*, 15/08/18).

O excerto acima materializa um efeito da memória sobre a atualidade na medida em que o texto do *El País* estabelece uma relação entre as eleições de 2018, referenciadas pela expressão “estas eleições”, e o tema do *impeachment* presidencial. O uso do adjetivo “novo”, que qualifica o substantivo “*impeachment*”, indica que tal processo já ocorreu em outros momentos da história do Brasil, remetendo, portanto, aos processos sofridos pelos presidentes Fernando Collor de Mello (PRN), em 1992, e Dilma Rousseff (PT), em 2016. Além disso, há uma retomada da memória referente à condenação do ex-presidente Lula, o que se dá por meio dos *slogans* “Eleição sem Lula é fraude” e “Eleição com Lula é fraude”. O primeiro enunciado linguístico foi posto em circulação em meio ao processo de investigação da Operação Lava Jato, no qual Lula era investigado, e foi repetido nas ruas, nos meios midiáticos, nos manifestos em diferentes momentos.

Considerando que, conforme Indursky (2003), na repetição pode haver ressignificação, deslizamento de sentidos, quebra de regularização de sentidos, podemos afirmar que houve um deslizamento de sentido do enunciado “Eleição sem Lula é fraude” ao ser repetido por meio do enunciado “Eleição com Lula é fraude”. Essa repetição produziu um efeito de confronto discursivo que marca a relação entre posição-sujeito petista e posição-sujeito antipetista. Desse modo, o excerto se inscreve em uma rede de formulações que precede as eleições de 2018 e, ao mesmo tempo, aponta uma ruptura com essa rede com a qual se relaciona, fazendo com que o sentido derive e se torne outro. Essa ruptura está na base do que Pêcheux (2008 [1983a]) designa como acontecimento discursivo. A seguir, apresentamos mais um excerto:

**Excerto 4:** Um dos apelos que alguns dos aliados fazem ao candidato é para que Haddad seja mais “ele mesmo”, deixando de lado – ou ao menos minimizando – a imagem do PT. Há, ainda, quem defenda a necessidade de uma autocrítica sobre os erros de Lula e do partido, acenos ao centro – o que parece inevitável –, além de um afastamento da imagem de Lula (condição que é reforçada nas críticas dos adversários) (*BBC News*, 07/10/2018).

Esse excerto indica a vinculação da imagem do candidato Fernando Haddad às imagens do PT e de Lula. As expressões “deixando de lado – ou ao menos minimizando – a imagem do PT” e “afastamento da imagem de Lula” retomam uma memória segundo a qual tanto o PT quanto Lula estão com a imagem abalada. Essa memória, que remete à crise política vivenciada pelo partido nos últimos anos e à condenação do ex-presidente, por envolvimento em casos de corrupção, é atualizada por meio da expressão “erros de Lula e do Partido”, presente na segunda oração do excerto. Assim, a condição estabelecida para que Haddad obtenha sucesso nas eleições é, ainda segundo o excerto em

análise, que ele se desvincule dessas duas imagens negativas.

Além disso, a expressão “seja mais ele mesmo” produz o efeito de deriva em relação à existência ou não de uma imagem própria do candidato Fernando Haddad. Essa questão remete ao logotipo “Haddad é Lula”, que foi usado na propaganda eleitoral do candidato do PT, Fernando Haddad, durante a campanha do primeiro turno. A utilização do nome do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesse logotipo foi contestada na Justiça Eleitoral pelos candidatos João Amoêdo (NOVO) e Jair Bolsonaro (PSL), com a alegação de que o uso do nome do ex-presidente poderia confundir os eleitores sobre quem seria, de fato, o candidato. Porém, em 26 de setembro de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou as ações movidas pelos candidatos e decidiu, por 6 votos a 1, autorizar a veiculação do nome de Lula no logotipo “Haddad é Lula”, da coligação “O Povo Feliz de Novo” (PT/ PC do B/PROS) <sup>10</sup>. O efeito-sentido desse logotipo se materializa por meio de um efeito metafórico, o qual é definido como um “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (PÊCHEUX, 2014[1975] p. 96), que abre a possibilidade de um sentido vir a ser outro. Assim, o estabelecimento de uma relação entre o candidato Haddad e o ex-presidente Lula indica que um sujeito político pode ser tomado pelo outro e, portanto, votar em Haddad significa votar em Lula. Desse modo, podemos dizer que a memória se atualiza na campanha eleitoral, (re)produzindo sentidos, o que, mais uma vez, inscreve as eleições presidenciais de 2018 como um acontecimento discursivo. Vejamos o próximo excerto:

**Excerto 5:** Para pesquisadores ouvidos pela BBC News Brasil, os principais trunfos de Bolsonaro são a campanha digital que dissemina discurso antipetista, moralista e antissistema via dezenas de milhares de grupos de WhatsApp, as investigações de corrupção

contra o PT que levaram à ausência de Lula nas urnas e o declínio acentuado do PSDB em 2018, movimento parecido ao que abalou o petismo em 2016, pós-*impeachment* de Dilma Rousseff (BBC News, 07/10/2018).

Nesse excerto, são apresentadas as principais questões que, supostamente, contribuíram para o crescimento do candidato Jair Bolsonaro (PSL) na campanha eleitoral de 2018. A qualificação do discurso disseminado pela campanha digital do referido candidato por meio do adjetivo “antipetista” materializa o pré-construído de que existe um discurso contrário ao discurso petista que circula na sociedade e que tal discurso está sendo utilizado em benefício do candidato do PSL. Além disso, o uso dos adjetivos “moralista” e “antissistema” associa o sujeito político Jair Bolsonaro à posição-sujeito que corrobora um discurso de extrema-direita, presente em regimes autoritários, existentes em outros momentos da história. O excerto em análise faz referência a uma série de acontecimentos que antecederam o pleito eleitoral de 2018, a saber: “investigações de corrupção contra o PT”; “ausência de Lula nas urnas”; “declínio acentuado do PSDB em 2018”; “*impeachment* de Dilma Rousseff”. Essas materialidades linguísticas atualizam uma memória que vincula às eleições 2018 a uma rede de acontecimentos e que indica que ela se liga a questões como corrupção, valores, democracia, fascismo, dentre outras. O próximo excerto estabelece uma relação entre esse antipetismo e o receio pela possibilidade de retorno do regime militar. Vejamos:

**Excerto 6:** Brasil vai às urnas guiado pelo ódio ao PT e o medo de Bolsonaro Candidato do PSL e Fernando Haddad lideram as pesquisas nas eleições mais emocionais da democracia, que despertaram temor do retrocesso com o ex-militar e da volta da corrupção com petista (El País, 07/10/18).

<sup>10</sup> Informação obtida em: <https://cutt.ly/Kf31VMO>. Acesso em: 01/06/2020.

No excerto acima, o título “Brasil vai às urnas guiado pelo ódio ao PT e o medo de Bolsonaro” indica a existência de uma polarização entre os candidatos Fernando Haddad e Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, produzindo um efeito-sentido de rejeição às duas candidaturas, marcado pelos substantivos “ódio” e “medo”, presentes na formulação. Essa polarização está marcada linguisticamente na apresentação de dois temores: “retrocesso com o ex-militar”, que remete à memória da ditadura militar; e “volta da corrupção”, que atualiza a memória dos casos de corrupção em que o PT esteve envolvido no período em que governou o Brasil, um dos principais motivos utilizados para justificar o movimento antipetista no país. As expressões “retrocesso com o ex-militar”, “mais emocionais da democracia” e “volta da corrupção” funcionam como um efeito de memória que incide sobre a atualidade, mobilizam sentidos já ditos e, ao mesmo tempo, provocam uma ruptura, instituindo o novo. Nesse caso, a novidade é marcada na formulação linguística “mais emocionais da democracia”, que, a partir da retomada de uma memória, inscreve as eleições de 2018 como algo inédito. Abaixo, segue mais um excerto que retoma a memória da ditadura militar.

**Excerto 7:** Vale tudo menos o PT, mesmo que Bolsonaro traga com ele um time de militares para o Governo num país mal resolvido com os ecos da ditadura, que deseje mexer na formação escolar “expurgando Paulo Freire”, ou trate de maneira vulgar as minorias do Brasil (*El País*, 07/10/18).

Nesse excerto, é estabelecida uma relação concessiva entre a primeira e as demais orações, o que se dá por meio do uso da locução adverbial “mesmo que”. Assim, ainda que a vitória de Bolsonaro represente a possibilidade da volta da ditadura militar, a extinção da pedagogia de Paulo Freire no sistema educacional e o desrespeito às minorias, conforme indicam as orações

subordinadas que compõem este período, tal vitória é mais válida do que a volta do PT. Esse discurso é marcado linguisticamente pela oração “Vale tudo menos o PT”, em que o uso do pronome indefinido “tudo”, indica, também, que qualquer outro político ou qualquer outro projeto seria aceito no lugar do PT, produzindo um efeito de rejeição ao Partido, marcado linguisticamente pelo advérbio “menos”. O uso da expressão “país mal resolvido com os ecos da ditadura” indica um pré-construído de que o Brasil ainda não superou os efeitos causados pelo regime ditatorial. É por meio da retomada dessa memória, assim como de dizeres e de ações atribuídos a Jair Bolsonaro em outros momentos da história, que o discurso antipetista é atualizado nesse excerto, ainda que em tom de ironia, a qual se marca tanto pela expressão “vale tudo menos o PT” quanto pelo uso das expressões “mal resolvido”, “expurgando Paulo Freire” e “trate de maneira vulgar”, que revelam certa discordância em relação ao que está sendo apresentado como solução contra o PT.

Ainda sobre a atualização da memória da ditadura militar, vejamos o próximo excerto.

**Excerto 8:** Pela primeira vez em 30 anos o Brasil vive uma campanha eleitoral sob a desconfortável sombra dos militares, que se tornaram, novamente, protagonistas na esfera pública. Jair Bolsonaro, um ex-capitão do Exército, encabeça as pesquisas para o primeiro turno das eleições presidenciais, que serão realizadas no domingo. Se vencer, seu vice-presidente será o ex-general Hamilton Mourão, que defendeu os torturadores da ditadura militar (1964-1985) e um novo golpe (*El País*, 05/10/18).

No primeiro período, identificamos o encontro entre uma atualidade e uma memória. Esse encontro é marcado na língua pela expressão “Pela primeira vez em 30 anos”, que inscreve as eleições de 2018 como algo absolutamente novo, e pela expressão “sombra dos militares”, que remete ao período da ditadura militar no Brasil, em que a democracia foi suprimida por um regime autoritário.

A possibilidade da volta desse regime é expressa na materialidade pelo advérbio “novamente” e pelo substantivo “protagonistas”. Assim, tais termos, relacionados ao aposto explicativo “um ex-capitão do Exército”, utilizado para qualificar/ identificar Bolsonaro, e também ligado à categorização do vice presidente como “o ex-general”, seguida da oração explicativa “que defendeu os torturadores da ditadura militar (1964-1985) e um novo golpe”, estabelecem uma relação associativa do sujeito político Jair Bolsonaro a regimes ditatoriais, criando o efeito-sentido de que a vitória do referido candidato pode significar a volta da ditadura militar e, portanto, a dissolução da democracia. A seguir, mostramos como se dá esse encontro entre memória e atualidade nas publicações feitas nas redes sociais oficiais dos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT).

Ao descrevermos as eleições de 2018, mostramos que os candidatos fizeram amplo uso das redes sociais como ferramenta para realização da campanha eleitoral. Uma das redes mais utilizadas pelos candidatos que disputaram o segundo turno das eleições foi o *Twitter*. Sobre as publicações dos candidatos no *Twitter*, Coelho (2019) mostra que, no primeiro turno, Jair Bolsonaro postou um total de 425 *tweets*, enquanto o candidato Fernando Haddad publicou 804 *tweets*. Durante a campanha do segundo turno, ainda segundo a autora, Jair Bolsonaro postou 353 *tweets* ao passo que Fernando Haddad postou 574 *tweets*. Além disso, Coelho (2019) mostra que, por mais que Bolsonaro tenha postado menos que o seu adversário, foi o candidato que atingiu um maior engajamento, o qual não é sinônimo de participação ou troca de ideias políticas, tendo em vista que pode ser gerado por um simples “bom dia” aos seguidores ou pela divulgação de vídeos ou imagens. Algumas dessas publicações dos candidatos serão analisadas nos blocos seguintes (a e b). Vejamos, inicialmente,

apresentação e análise de *tweets* publicados por Jair Bolsonaro em sua página oficial.

a) Publicações do candidato Jair Bolsonaro (PSL)

**Excerto 9:** Encaro o momento como uma missão. Todos estamos no mesmo barco e só sairemos da lama se remarmos contra a maré da corrupção e ineficiência, causadas pela atual forma de fazer política no Brasil, que será mantida pelos meus adversários. O desafio é difícil, mas estamos preparados! (*Twitter*, 17/08/18).

**Excerto 10:** O próximo passo dessa facção, assim como de suas linhas auxiliares, será soltar seu líder bandido e torna-lo ministro para obstruir a justiça, outro poder que eles não respeitam. O PT representa o fim da lava jato e a volta dos esquemas que ameaçam a democracia! (*Twitter*, 01/10/18).

**Excerto 11:** BRASIL: Um povo esgotado de pagar impostos e não ter respostas, dilacerado pelos maiores escândalos de corrupção da história protagonizados pelo partido do líder que continua dando ordens de dentro da cadeia. Transborda no brasileiro o sentimento angustiante de mudança. #Ptnão (*Twitter*, 18/10/18).

**Excerto 12:** Falamos em combater os bandidos vermelhos baseado no próprio curso das investigações da Polícia Federal e Lava-Jato e houve uma grande histeria por parte do PT. Ao que parece a carapuça serviu mais uma vez! (*Twitter*, 23/10/18).

**Excerto 13:** O Brasil é gigante e honesto. O cidadão não aguenta mais ser massacrado enquanto premiam malfeitores. Não merecemos ser governados de dentro da cadeia ou por seus alinhados políticos. De Norte a Sul, a população exige mudanças urgentes! Estamos juntos nessa! (*Twitter*, 05/10/18).

**Excerto 14:** A escolha é dos senhores. Serem governados por alguém limpo ou pau mandado de preso por corrupção! (*Twitter*, 08/10/18).

**Excerto 15:** Essa história de o fantoche de

corrupto admitir erros do seu partido é pra boi dormir. A corrupção nos governos Lula/Dilma não era caso isolado, era regra para governar. Por isso estão presos presidente, tesoureiros, ministros marketeiros, etc, além de tantos outros investigados (*Twitter*, 16/10/18).

**Excerto 16:** Vamos colocar um fim na roubalheira do PT! Lembrem-se: nosso país não é uma facção criminosa para ser governado de dentro da cadeia! (*Twitter*, 25/10/18).

Na materialidade dessas formulações, são produzidos efeitos-sentido sobre política brasileira, sobre o PT e sobre os sujeitos políticos Lula e Fernando Haddad a partir de repetições, retomadas, atualizações e ressignificações de já-ditos.

No excerto 9, é utilizado o substantivo “lama” para nomear o estado em que se encontra o Brasil. Nesse caso, está em funcionamento uma memória sobre os sentidos de “lama”, ligados à sujeira, podridão, produzindo um efeito-sentido segundo o qual a situação política do país é degradante e a causa para isso, apontada na materialidade linguística em análise, é a corrupção e a ineficiência dos atuais políticos. Ao afirmar que tal situação será mantida pelos seus adversários, o candidato Jair Bolsonaro é apresentado como a única possibilidade de mudança para o país, produzindo um efeito de rejeição à forma petista de se fazer política no Brasil.

A série de formulações de 9 a 16 materializa o discurso segundo o qual o PT é um partido corrupto, pois tal série atualiza a memória dos escândalos de corrupção em que o PT esteve envolvido durante os governos Lula e Dilma, como aponta, por exemplo, a formulação 11, através da expressão “maiores escândalos de corrupção da história protagonizados pelo partido”. Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores é discursivizado como um partido criminoso, conforme indicam as nomeações “facção” (10) “bandidos vermelhos” (12) e “facção criminosa” (16), presentes nas formulações analisadas.

Essas formulações retomam, também, a memória referente à prisão do ex-presidente Lula. Assim, no jogo metafórico entre as formulações, é estabelecida uma relação de vinculação direta entre Lula, PT e casos de corrupção. Desse modo, a referência ao sujeito político Lula como “líder bandido” (10) e “líder que continua dando ordens de dentro da cadeia” (11) produz o efeito-sentido de Lula como um político corrupto, além de associar a imagem do ex-presidente a uma posição-sujeito de liderança. Portanto, votar no PT, nas eleições de 2018, significaria votar em Lula, uma vez que, ainda segundo o discurso materializado no excerto, o país seria governado por ele (Lula), caso o candidato do PT, Fernando Haddad, fosse eleito, como indicam as orações “Não merecemos ser governados de dentro da cadeia ou por seus alinhados políticos” (13) e “nosso país não é uma facção criminosa para ser governado de dentro da cadeia!” (16).

A associação da imagem do ex-presidente Lula a uma posição-sujeito de liderança, no contexto da campanha eleitoral de 2018, produz, também, um efeito de apagamento da imagem de Fernando Haddad e de contestação da força política do referido candidato. As nomeações do candidato Fernando Haddad como “pau mandado de preso por corrupção” (14); “fantoche de corrupto” (15) indicam que, para o discurso materializado nos referidos excertos, o candidato não tem identidade própria nem legitimidade, podendo ser facilmente manipulado, tendo em vista o uso os substantivos “pau mandado”, que se refere à pessoa que obedece a ordens sem contestação, e “fantoche”, cujo sentido está relacionado ao indivíduo que se deixa manipular facilmente.

As análises indicam que há, nessa série de excertos, uma relação entre memória e atualidade, pois a construção de determinada imagem do PT e dos sujeitos políticos Lula e Haddad dar-se por meio do retorno e, ao mesmo tempo, da atualização de certa memória acerca dos casos de corrupção

envolvendo o PT, assim como da prisão do ex-presidente Lula e de outros membros do referido Partido. Podemos dizer, então, que a memória se atualiza nas formulações analisadas, produzindo um efeito de rejeição ao PT. Vejamos, a seguir, a análise dos *tweets* publicados por Fernando Haddad, em sua página oficial.

#### b) Publicações do candidato Fernando Haddad (PT)

**Excerto 17:** Eu sou um democrata, tenho uma vida dedicada à democracia, enquanto meu adversário tem uma vida dedicada à ditadura. Quem questiona a democracia não sou eu. Tanto é que os democratas estão todos contra a candidatura do Bolsonaro, mesmo quem não se posiciona em favor da minha (*Twitter*,15/10/18).

**Excerto 18:** Meu adversário defende torturador até hoje, mesmo sabendo que nos porões da ditadura aconteciam estupros contra as mulheres presas (*Twitter*,10/10/18).

**Excerto 19:** Estamos alertando o Brasil. Meu adversário tem como principal herói o mais bárbaro torturador da ditadura militar. Ele não respeita a redemocratização. As qualificações dele não o habilitam pra governar o país em uma democracia. #HaddadNoRodaViva (*Twitter*, 22/10/18).

**Excerto 20:** Vamos trabalhar até sábado para evitar o pior. Bolsonaro é arrogante, já está preparando transição com o Temer, mas quem decide é o povo domingo. Chamo ele de soldadinho de araque porque não coloca medo em ninguém. O que dá medo é o que vem por trás dele, os porões da ditadura (*Twitter*, 24/10/18).

**Excerto 21:** A democracia está em risco. O deputado Jair Bolsonaro está sendo condenado diariamente pela Justiça Eleitoral a retirar as difamações que faz contra mim. E agora sabemos que ele está produzindo e distribuindo isso com dinheiro sujo (*Twitter*,18/10/18).

**Excerto 22:** Vamos acionar a Polícia Federal e a Justiça Eleitoral para impedir o deputado Bolsonaro de agredir violentamente a democracia como ele tem feito. Fazer conluio com dinheiro de caixa 2 pra violar a vontade popular é crime. Ele que foge dos debates, não vai poder fugir da Justiça (*Twitter*,18/10/18).

**Excerto 23:** A conta é simples. Para a Justiça proibir uma bandeira antifascista porque corresponde à campanha para a nossa candidatura, só pode significar que a Justiça entende que meu adversário corresponde ao fascismo. #SabatinaHaddad (*Twitter*, 26/10/18).

A série de excertos de 17 a 23 aponta para a vinculação do PT e do candidato Fernando Haddad à democracia e, ao mesmo tempo, por um efeito de memória sobre a atualidade, associa a imagem do candidato Jair Bolsonaro a regimes ditatoriais. Além disso, essas formulações materializam um pré-construído, criado na/pela negação polêmica, segundo o qual existe um discurso que é antidemocrático. Isso permite ao menos duas interpretações: i) que o PT é acusado de ser antidemocrático e, nessas formulações, o candidato se defende e defende seu partido; ii) que antidemocrático é o partido/ candidato adversário, na medida em que é referido na formulação como aquele que defende a ditadura militar. A memória discursiva nos indica que essa segunda interpretação é a que se relaciona melhor com o cenário político-partidário de 2018. Contudo, não há nada que impeça o (e)leitor de assumir outro lugar interpretativo e dizer coisas como: “o candidato do PT está querendo negar que o partido é antidemocrático”. E isso só é possível porque a língua é opaca e o sentido não é transparente.

Essa memória é atualizada na formulação 17, na qual, por meio da frase “sou um democrata”, o enunciador atribui a si um perfil democrático, tendo em vista que, a partir do uso do verbo “sou”, cria-se o efeito-sentido de que o princípio democrático é algo intrínseco à sua personalidade. Na mesma formulação, o substantivo “democracia” aparece

em uma relação dicotômica com o substantivo “ditadura”, na oposição entre as frases “tenho uma vida dedicada à democracia” e “meu adversário tem uma vida dedicada à ditadura”, que marca o embate ideológico entre os dois candidatos.

Nas formulações 18 e 19, a memória atualiza sentidos já-ditos em relação à ditadura militar, ao elencar algumas práticas de tortura realizadas durante o referido regime. As orações “Meu adversário defende torturador” (18) e “Meu adversário tem como principal herói o mais bárbaro torturador da ditadura militar” (19) remetem, também, à histórica sessão de votação pela admissibilidade da abertura do processo de *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados Federais, quando, ao declarar seu voto, o então deputado federal Jair Bolsonaro homenageou o coronel militar, chefe do DOI-Codi do II Exército, em São Paulo, condenado por comandar atos de tortura durante o regime militar, e fez referência às torturas sofridas por Dilma Rousseff durante o período em que ela esteve presa por lutar contra a ditadura: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”<sup>11</sup>. Assim, vemos que a memória da ditadura é atualizada nessas formulações, o que associa o sujeito político Jair Bolsonaro a uma posição-sujeito marcada por um discurso de extrema-direita, ligado aos regimes políticos autoritários.

Esse funcionamento está presente nas formulações 20 a 23, nas quais o candidato Jair Bolsonaro é discursivizado como uma ameaça à democracia, visto que a sua vitória significaria a possibilidade da volta do regime militar. Esse sentido está materializado nas formulações “O que dá medo é o que vem por trás dele, os porões da ditadura” (20) e “A democracia está em risco”

(21). Assim, ao mesmo tempo em que a relação da memória com a atualidade permite a construção de efeitos-sentido segundo os quais o PT e o candidato Fernando Haddad possuem caráter democrático e contrário às Ditaduras, essa memória materializa efeitos-sentido que conferem ao candidato Jair Bolsonaro um caráter negativo, de contrariedade aos princípios democráticos e de apoio às práticas de movimentos fascistas e de regimes políticos ditatoriais, como se vê na formulação “meu adversário corresponde ao fascismo” (23) na qual é estabelecida uma relação direta entre o sujeito político Jair Bolsonaro e o regime fascista.

## Considerações Finais

Com base nos dados apresentados, concluímos que as eleições de 2018 inscrevem-se em uma rede de memória que as vincula a outros acontecimentos, tais como escândalos de corrupção, ditadura militar, eleições anteriores, antipetismo, polarização partidária, dentre outros. Assim, ao mesmo tempo em que essas eleições estão vinculadas ao que as antecede, também instauram o novo, indicando que as eleições de 2018 se configuraram como um acontecimento discursivo.

Tanto as reportagens veiculadas na mídia como as publicações dos candidatos que disputaram o segundo turno das eleições apontam para a existência de uma polarização, produzindo um efeito de divisão do país. Essa polarização, que já existia em eleições anteriores, nas eleições de 2018, o que se deu a partir da atualização da memória da ditadura militar e do antipetismo, foi ressignificada, gerando um novo sentido de polarização, representado pelas oposições marcadas, por um lado, pela relação entre corrupção e anticorrupção, e, por outro, pela relação entre democracia e antidemocracia.

<sup>11</sup> Informação obtida em: <https://bityli.com/MMXpXp>. Acesso em: 01/08/2020.

## Referências

- BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n° 26, p. 7-62, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/NkGaFfR>. Acesso em: 15 out. 2019.
- BRSSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 25-45, 2006. Disponível em: <https://cutt.ly/wkF6ZfM>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- BRITO, Eliane de Jesus. Memória discursiva e efeitos-sentido de divisão do Brasil em processos de eleições presidenciais. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2016. 89 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: SOLANO, E. G. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 47-56.
- FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; BITTENCOURT, Joseane Silva. Memória e efeitos-sentido de resistência: hashtag #EleNão. In: ATAÍDE, Cleber (Org.). *Estudos linguísticos e literários: caminhos e tendências*. 1ª ed. São Paulo: Pá de Palavra, v. 1, 2019, p. 187-194. (E-book). Disponível em: <https://cutt.ly/ucy6dct>. Acesso em: 15. Jun. 2020.
- FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 38. n. 3 p. 193-203, set.-dez. 2009.
- \_\_\_\_\_. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: Maria da Conceição Fonseca-Silva; Sírio Possenti. (Org.). *Mídia e Rede de Memória*. 1ª ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007, p. 11-37.
- INDURSKY, Freda. Lula Lá: estrutura e acontecimento. In: *Organon* 35, v. 17, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://cutt.ly/CcyMUwd>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther Gallego. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.14-32.
- ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 10a edição. Campinas: Pontes, 2012 [1990].
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1975], p.159-250.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. Tradução de Eni P. de Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014[1975], p. 59-158.
- \_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 4ª edição. São Paulo: Pontes Editores, 2008 [1983a].
- \_\_\_\_\_. *Papel da Memória*. Tradução de José Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre. et al. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes Editores, 1999 [1983b], p. 49-57.
- PETROLA, José Ismar. Fake news e a disputa entre grande imprensa e redes sociais na campanha eleitoral de 2018 no Brasil. In: COSTA, Cristina; BLANCO, Patrícia (Org.). *Liberdade de expressão e campanhas eleitorais - Brasil 2018*. São Paulo: ECA-USP, 2019. (E-book). Disponível em: <https://cutt.ly/tcy9DO3>. Acesso em: 15.out. 2020.
- POSSENTI, Sírio; MOTTA, Ana Raquel. *Direita*

esquerda: volver! In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2ª ed. revisada e ampliada. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, p. 207-225.

SILVA, Deborah Ramos da; KERBAUY Maria Teresa Miceli. Eleições 2018 e a forte influência das redes sociais. In: COSTA, Cristina; BLANCO, Patrícia (Org.). *Liberdade de expressão: questões da atualidade*. São Paulo: ECA-USP, 2019. (E-book). Disponível em: <https://cutt.ly/Mzdx5v>. Acesso em: 20 set. 2019.